Opinião

(H)À Educação

Maria Helena Araújo e Sá e Susana Ambrósio*
cidtff@ua.pt

E quando nada é ousado para quem a tudo se atreve?

Por estes dias, enquanto caminhávamos pelas ruas da nossa cidade, entre alguns pingos de chuva que teimam em não desistir de nos acompanhar, deparámo-nos com cartazes sustentando a seguinte frase de Fernando Pessoa: "Tudo é ousado para quem a nada se atreve". A frase, que serve de legenda a uma imagem de uma pessoa a dar um salto – arriscado, talvez? – de um lado para o outro de um abismo, desperta a nossa atenção. Faz-nos parar para pensar. Decerto que os aveirenses mais atentos já se questionaram sobre qual o propósito de tais cartazes, pois não se antevê publicidade nos mesmos. Nem explícita nem subliminar. Estratégias de marketing à parte, a frase, como dizíamos, faz-nos parar para pensar nas nossas ousadias ou, porque às vezes também assim acontece, na falta delas. Fernando Pessoa, na sua obra Páginas de Estética e Teoria e Crítica Literária, na senda da discussão sobre o uso do epíteto, referia que havia quem muito se manifestasse contra o seu uso na literatura, defendendo que "o epíteto é daqueles a que é uso chamar ousados, pois que tudo é ousado para quem a nada se atreve". Quando se defendem novas ideias, se seguem caminhos nunca antes trilhados, podemos ser considerados ousados. A ousadia, audácia louvável para uns, e (mau) atrevimento para outros, faz parte do querer fazer mais, do querer ir mais longe.

Faz amanhã, dia 28 de Junho, um ano que também o Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro, Centro de Investigação na área das Ciências da Educação, quis fazer mais, quis ir mais longe. Este espaço onde vos escrevemos, a rubrica (H)À Educação, foi, e é, uma ousadia. Controlada, é certo, mas, ainda assim, uma ousadia, pelo seu caráter inovador e desafiante, quer para os seu leitores, quer para os seus autores. No ínicio de junho de 2018, endereçávamos a proposta a Ivan Silva, diretor do Diário de Aveiro (DA), para assinarmos uma rubrica quinzenal.

Inscrito numa lógica de ciência aberta e acreditando que a ciência deve ser com e para a sociedade, o CIDTFF propõe a realização de uma rubrica no Diário de Aveiro, da responsabilidade dos seus investigadores, em que se pretende abordar, numa linguagem apelativa e dirigida ao grande público, temáticas na área da educação que sejam do interesse da comunidade regional e, deste modo, contribuir para a missão do Diário de Aveiro: levar ao leitor a informação do que de mais relevante se passa na região, com verdade, seriedade e rigor. Com esta iniciativa, o CIDTFF pretende devolver à sociedade os resultados dos estudos e projetos levados a cabo pelos seus membros, assim como contribuir para a literacia científica e para uma ação crítica e consciente da comunidade aveirense. Desde então, já foram publicadas 27 rubricas, assinadas por cerca de 30 investigadores do CIDTFF. Até ao final do ano prevemos atingir o total de 42 rubricas, envolvendo mais de 40 dos nossos investigadores. A rubrica (H)À Educação, dada a diversidade de áreas de investigação dos membros do CIDTFF, tem vindo a abordar temas relacionados com a infância e os idosos, a educação em línguas e o pensamento crítico, as "smart cities" e as competências digitais, a cooperação além-fronteiras, quer em Timor, quer em África, a mobilidade dos estudantes do Ensino Superior, a astronomia e a relação da ciência com a arte, assim como a formação de professores, entre outros. E mais temas se afiguram, pois as questões da educação, como todos sabemos, nunca se esgotam.

Desde a primeira rubrica, o CIDTFF disponibiliza os textos nos seus canais de comunicação (Facebook, blogue e "flashnews"), sempre numa lógica de ciência aberta, procurando partilhar com a sociedade o que fazemos. Decorridos os primeiros quatro meses da nossa publicação regular no DA, a rubrica (H)À Educação passou a ser publicada em simultâneo no jornal digital da Universidade de Aveiro - http://uaonline.ua.pt -, graças à excelente articulação entre o CIDTFF, a Universidade de Aveiro e o DA, podendo ser acedida por todos aqueles que se interessam pelas questões da educação. Esta nossa vontade de partilhar foi ainda mais longe e, em fevereiro de 2019, ousámos um pouco mais e demos outro passo na disseminação do trabalho que desenvolvemos, para chegarmos mais perto de quem importa: publicámos o primeiro volume da rubrica (H)À Educação, em formato de "ebook" - http://hdl.handle.net/10773/25350, e, posteriormente, em formato impresso. No prefácio do livro, o diretor do DA refere:

"Estávamos bem cientes do desafio e do enriquecimento que esta rubrica traria ao Diário de Aveiro e, por conseguinte, aos nossos leitores. Só que, em boa verdade, as expectativas foram superadas, tal o impacto que o (H)À Educação tem vindo a ter. O rigor, a escrita impactante, os vários autores e temas onde a educação prevalece tornaram esta uma das rubricas de eleição do nosso Diário de Aveiro. No (H)À Educação, as vertentes de educação são explicitadas de forma simples e com a necessária proximidade que, nestes casos de sucesso, é sempre a 'pedra de toque'".

Por estas palavras, pela confiança depositada e o interesse demonstrado, agradecemos ao DA e aos seus leitores, assegurando que, deste lado, no ano em que o CIDTFF comemora os seus 25 anos, vamos continuar a trabalhar afincadamente e a ser ousados, pois acreditamos que, tal como Paulo Freire refere: "A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo". Porque a educação faz toda a diferença. E a diferença está na educação. Continuamos juntos!

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

* Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro

Vencer o medo na luta contra a corrupção

Paulo Matos
Advogado

Ramalho Eanes dá uma conferência sobre corrupção e é ouvido como ninguém, mesmo quando diz coisas que têm sido ditas por muitos, há muitos anos, mas sem o destaque e o impacto devidos. É verdade: "A democracia está em perigo por causa da corrupção e da falta de cultura cívica!". A ex-procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, a procuradora Maria José Morgado e outras vozes avisadas do universo da Justiça portuguesa já há muitos anos vêm alertando para este flagelo societário em Portugal. Por alguma razão ambas já não exercem cargos públicos em Portugal e ninguém se indigna, e ninguém questiona, por razões ideológicas ou por medo. Na espuma dos dias, os poderes públicos dominados por clientelas e interesses lançam iniciativas legislativas ou promovem seminários para debater a corrupção, mas na maior parte dos casos as práticas mantêm-se e os casos multiplicam-se sem fim à vista.

A vítima deste caldo de cultura é o povo que, invocado por uns e glosado por outros, vai suportando uma sociedade desigual, em que o rico corrupto foge à justiça e o pobre corrupto é condenado sem apelo nem agravo. Não, não é uma visão populista entre o "nós" e o "eles"!

É uma visão realista que pode e deve ser dita em voz alta, mesmo no meio do barulho dos festivais, arraiais, concertos e festins (já agora, grandes terrenos onde grassa a corrupção no poder local) que varrem o país de Maio a Outubro, com as férias de permeio e o IRS para pagar. De vez em quando há uns "tsunamis" interventivos das entidades policiais e judiciárias, estrategicamente definindo alvos, como se o mero anúncio do combate à corrupção, ou o aparato mediático das operações de busca, ou a constituição de arguidos, ou a criação de comissões parlamentares de inquérito, eliminasse só por si a doença.

O último alvo tem sido o poder local, na maior parte dos casos por boas razões de interesse público, mas noutros casos fica sempre a dúvida se o enfoque prioritário neste segmento do poder político não serve apenas para afastar ou obscurecer a luta contra a grande corrupção que domina o poder político central do Estado, e o poder económico e financeiro que tem dominado o país há mais de 30 anos.

É verdade que o poder local, porque mais próximo da clientela política ou partidária, é um meio mais propício à contratualização em troca de favores. A opção reiterada pelos ajustes directos, com a celebração de contratos públicos com empresas de familiares, amigos ou companheiros de viagem partidária, é uma realidade e uma tentação implantada em todo o país.

Mas também é verdade que muitos autarcas, que privilegiam o "fazer" em vez do "dizer" da propaganda, preferem o ajuste directo ao concurso público como forma de aligeirar ou agilizar procedimentos, sem qualquer intenção corruptiva aparente. É preciso saber distinguir o trigo do joio, sem perder a lucidez!

O problema são algumas ervas daninhas que ainda pululam no poder local, muitas vezes com os vícios do poder central, num país pequenino e demasiado exposto a barões, baronetes, amigos e familiares, e autarcas arvorados em Messias protegidos pelo além.

É confrangedor ver e ouvir o presidente da Câmara Municipal de Barcelos a governar a autarquia com pulseira a partir de casa, como foi patético ouvir Fátima Felgueiras, há uns anos, fugindo para o Brasil antes de uma detenção, considerar que a sua legitimidade "eleitoral" estaria acima de qualquer intervenção judicial contra uma "representante eleita do povo".

Infelizmente, o povo, para além de eleitor e pagador de impostos, vive permanentemente numa atmosfera social contaminada pelo medo.

O povo que quer uma vida decente e deseja que os políticos que elege o representem com dignidade, vive atormentado quando é vítima de decisões incompreensíveis, prepotentes e mal fundamentadas dos seus políticos, mas inibe-se na hora de reclamar.

O povo, quando quer protestar, quando tem matéria para se queixar ou para apresentar denuncias, em particular contra decisões dos seus políticos locais, vê de imediato no horizonte uma ameaça sombria de represálias e retrai de imediato o seu ímpeto escrutinador.

Sim, a maior ameaça à democracia é, para além da corrupção, a falta de cultura cívica, a falta de "accountability" por parte dos cidadãos.

A luta contra a corrupção em Portugal precisa, antes de mais, de um grande sobressalto cívico que está para além das leis, das investigações judiciais, das comissões parlamentares de inquérito, do anúncio de diligências policiais combinadas com os correios da manhã da notícia de café.

A luta contra a corrupção é, antes de mais, uma luta titânica para vencer o medo.

O medo da denúncia, o medo do escrutínio, o medo da perda do emprego, o medo da ausência de futuro dos filhos, o medo do processo judicial, o medo da denúncia caluniosa por falta de provas, o medo do outro, o medo de aparecer como o pessimista de serviço, o negativista e o acusador que cultivam a "banalidade do mal", o medo do velho estigma dos "velhos do Restelo".